

Demonstrações Financeiras

Clarex S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Clarex S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Clarex S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Clarex S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Clarex S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'Ronaldo Aoki', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Ronaldo Aoki
Sócio CRC-1SP244601/O-1

Clarex S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2.961	4.802
Impostos a recuperar	471	833
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	347
Outros ativos circulantes	111	93
	<u>3.543</u>	<u>6.075</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8 (a))	85	-
Imobilizado	-	13
	<u>85</u>	<u>13</u>
Total do Ativo	<u>3.628</u>	<u>6.088</u>

	2022	2021
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	72	36
Salários e encargos sociais	58	34
Impostos e contribuições a recolher	12	8
Empresas ligadas (Nota 13)	53	53
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	200
Outras contas a pagar	195	132
Imposto de renda e contribuição social	180	191
	570	654
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8 (a))	-	5
	-	5
Patrimônio líquido (Nota 9)		
Capital social (Nota 9)	1.500	1.500
Reserva Legal	300	300
Reservas de lucros	1.258	3.629
	3.058	5.429
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.628	6.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clarex S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida (Nota 10)	169.179	426.357
Custo dos produtos revendidos (Nota 11)	(158.826)	(417.217)
Lucro bruto	10.353	9.140
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas (Nota 11)	(545)	(1.351)
Administrativas e gerais (Nota 11)	(1.137)	(609)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	-	(2)
	(1.682)	(1.962)
Prejuízo antes do resultado financeiro	8.671	7.178
Resultado financeiro (Nota 12)		
Despesas financeiras	(12.396)	(32.635)
Receitas financeiras	16.856	30.333
	4.460	(2.302)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	13.131	4.876
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8(c))	(5.043)	(1.634)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.088	3.242
Quotas do capital social no final do exercício	1.500.000	1.500.000
Lucro líquido (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas durante o exercício	0,005392	0,002161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clarex S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Demonstração dos resultados abrangente		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.088	3.242
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>8.088</u>	<u>3.242</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clarex S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2020	1.500	300	420	-	2.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.242	3.242
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,001 por lote de mil ações ação)	-	-	-	(33)	(33)
Transferência do saldo para reserva de lucros	-	-	3.209	(3.209)	
Em 31 de dezembro de 2021	1.500	300	3.629	-	5.429
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.088	8.088
Destinação do lucro:					
Distribuição de saldo da reserva de dividendos 2018	-	-	(316)	-	(316)
Distribuição de dividendos do exercício 2020	-	-	(103)	-	(103)
Distribuição de dividendos do exercício 2021	-	-	(3.210)	-	(3.210)
Distribuição de dividendos do exercício corrente	-	-	-	(6.817)	(6.817)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,001 por lote de mil ações ação)	-	-	-	(13)	(13)
Transferência do saldo para reserva de lucros	-	-	1.258	(1.258)	-
Em 31 de dezembro de 2022	1.500	300	1.258	-	3.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clarex S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.131	4.876
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
Ganhos e perdas de variações cambiais não realizadas	-	1
Perdas e ganhos com operações de forward não realizadas	-	(147)
Receita de juros (líquida de juros passivos)	(855)	(1.745)
Resultado de bens do ativo imobilizado baixados	13	-
	12.289	2.985
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber clientes - ligadas	-	71
Estoques	-	42.531
Instrumentos financeiros derivativos	147	(793)
Outras ativos circulantes e impostos a recuperar	473	(279)
Fornecedores - terceiros	36	(2)
Fornecedores - ligadas	(1)	(66.540)
Impostos e contribuições a recolher	(1.284)	-
Salários e encargos sociais	24	12
Outras contas a pagar	58	81
Caixa proveniente das atividades operacionais	11.742	(21.934)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.856)	(1.422)
Juros recebidos	719	1.762
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.605	(21.594)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos distribuídos	(10.446)	(32)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(10.446)	(32)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.841)	(21.626)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.802	26.428
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.961	4.802
	(1.841)	(21.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Clarex S.A., sociedade anônima de capital fechado ("Companhia") com sede em Guarulhos - SP, atua como exportadora comercial (*trading*) inscrita na Secex e tem como objeto social e atividade preponderante a exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados.

A Companhia é controlada pela Umicore do Brasil Ltda. (constituída no Brasil), que detém 99,99% das suas ações, que por sua vez pertence ao grupo econômico Umicore N.V, empresa de capital aberto, com sede na Bélgica.

A presente demonstração financeira foi aprovada pela administração da Companhia em 26 de maio de 2023.

1.1. Covid-19

A Companhia monitorou os impactos da pandemia, incluindo os reflexos na atividade econômica e em suas operações e desempenho financeiro. Apesar dos vários desafios da pandemia, não houveram impactos nas operações da Companhia, que registrou fortes resultados em 2022 e 2021.

1.2. Crise na Ucrânia

A administração está monitorando o conflito na Ucrânia e possíveis impactos para a Companhia, que são incertos.

A Companhia não tem vendas ou fornecimento direto com empresas na Ucrânia ou na Rússia. A Rússia é um fornecedor globalmente relevante de alguns metais preciosos, no entanto, o Grupo Umicore N.V. possui uma cadeia de suprimentos diversificada, incluindo suas próprias operações de reciclagem que produzem esses metais.

Uma ausência prolongada de fornecimento de metais preciosos como resultado da crise pode impactar as cadeias de fornecimento em alguns dos mercados onde a Companhia atua, incrementando a demanda por alguns de nossos produtos e serviços - no entanto, isso ainda não foi observado. A crise também pode refletir nos preços dos metais e aumentar a volatilidade, podendo impactar a Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em R\$, que é moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, como "Resultado financeiro".

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os investimentos em títulos de dívidas que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado (Nota 5).

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.4.3 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil dos títulos a receber a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, quando identifica que há risco de perdas superiores ao montante

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4.3 Impairment--continuação

coberto por seguro de crédito.

2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Os instrumentos derivativos *Non-Deliverable Forward* (NDF) contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, com suas variações registradas como outras despesas receitas financeiras. O valor justo dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 6(b). Todos os instrumentos possuem vencimentos até 12 meses.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas, correspondem aos valores a receber de clientes pela revenda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão de crédito para liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado--continuação

	<u>Anos</u>
Móveis e Utensílios	10
Hardwares	5

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, e reconhecidos desde que seja provável que a diferença temporária será revertida em um futuro previsível.

2.10. Provisão para contingências

A provisão para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) é reconhecida quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. A provisão não é reconhecida com relação às perdas operacionais futuras.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Benefícios a empregados

a) Benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de pensão de contribuição definida e reconhece os custos de demissões quando está comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. Não há qualquer outro benefício pós-emprego.

b) Bônus aos empregados (remuneração variável)

O reconhecimento desse bônus é registrado mensalmente pela Companhia, *vis-à-vis* as metas estabelecidas pela administração, estando apresentados na rubrica "Salários e encargos sociais" do passivo circulante.

2.12. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável. Para 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia deduções de receita, uma vez que as vendas são substancialmente de exportações e não há incidência de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Revenda de mercadorias

A Companhia revende produtos intermediários químicos, metalúrgicos e afins que são adquiridos da controladora e de terceiros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o seu cliente, a qual não ocorre até que: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia se considera em todas as compras e vendas efetuadas na posição de principal e não atuando como agente, isso devido ao fato que assume os riscos econômicos de variações cambiais decorrentes de efetuar compras em moeda local e vendas em moeda externa.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Reconhecimento de receita--Continuação

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.13. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social que prevê a distribuição de dividendos mínimos de 1% ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado no passivo na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. O saldo a distribuir fica segregado em conta do patrimônio líquido denominado "Reserva de lucros".

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez 2022--Continuação

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

O Empresa não identificou contratos para os quais não cumpriu todas as suas obrigações no início do período de reporte.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a empresa aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez 2022--Continuação

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards -Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, por não serem aplicáveis.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez 2022--Continuação

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

2.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas—Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)--Continuação

um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas e contempladas a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

b) Valor justo de derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para avaliar diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo grupo econômico Umicore N.V., com sede na Bélgica, que avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Grupo econômico estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, sendo proibidas negociações especulativas e venda a descoberto (Nota 6(b)).

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de operações com instrumentos financeiros derivativos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições, são aceitos preferencialmente títulos de entidades independentes classificadas com *rating* mínimo "A". No caso de clientes que não sejam classificados por agência independente, a área de crédito analisa os limites do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e o risco de crédito é transferido para o COFACE na contratação do seguro.

c) Risco de liquidez

As previsões de fluxos de caixas são realizadas e monitoradas de modo a assegurar adequado suprimento financeiro para atender às necessidades operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia possuía um capital circulante líquido positivo, principalmente por não possuir contratos de financiamento.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao custo amortizado		Valor justo por meio do resultado		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	2.961	4.802	-	-	2.961	4.802
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	347	-	347
Outros contas a receber (exceto adiantamentos)	-	14	-	-	-	14
	2.961	4.816	-	347	2.961	5.163

	Passivos ao custo amortizado		Valor justo por meio do resultado		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Passivo, conforme o balanço patrimonial						
Fornecedores e partes relacionadas, (i)	320	221	-	-	320	221
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	200	-	200
	320	221	-	200	320	421

(i) O saldo compreende as operações de fornecedores, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas, mencionadas na Nota 15(a).

6. Instrumentos financeiros derivativos

Contratos de câmbio a termo

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados de acordo com a política da controladora, com instituições financeiras de primeira linha no Brasil. O valor justo no balanço patrimonial tem seus preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos (Nível 2).

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos relacionados a moedas vendidas em dólares americanos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

Tipo	Rating		Valor de referência (nacional) em BRL		Valor justo		Ganhos/perdas realizados		Ganhos/perdas não realizados	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contratos a termo (NDF)										
Bradesco (*)	AAA(bra)	AAA(bra)	1.775	7.630	-	(122)	719	(2.343)	-	(122)
Itaú (*)	AAA(bra)	AAA(bra)	-	22.465	-	269	2.644	587	-	269
Santander (**)	Aaa.br	Aaa.br	-	-	-	-	(261)	3.029	-	-
JP Morgan (***)	AA-(dcr)	AAA	5	-	-	-	256	460	-	-
HSBC (***)	brAAA		-	-	-	-	(83)	-	-	-
			1.780	30.095	-	147	3.275	1.733	-	147

O montante do valor justo R\$ 147 corresponde as posições de operações de instrumentos derivativos líquidas.

(*) Fitch

(**) Moody's

(***) Standard & Poor's

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

A empresa mantém a seguinte classificação dos contratos de câmbio a termo:

	2022	2021
Contratos a termo de câmbio (ativo)	-	347
Contratos a termo de câmbio (passivo)	-	(200)
	-	147

7. Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
Caixa	2	2
Depósitos bancários à vista	86	390
Aplicação financeira (i)	2.873	4.410
	2.961	4.802

(i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía investimentos de curto prazo, nas modalidades de Compromissada com rendimento de 60% (0% - 2021) e CDB com rendimento entre 96% e 101% (96% e 100,5% - 2021) com baixo risco, lastro em títulos privados e liquidez imediata.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Diferido ativo	2022	2021
Ganhos com contratos de derivativos não realizados	-	(142)
Provisão para participação nos resultados	3	5
Provisão com serviços de consultoria	117	104
Perdas cambiais não realizadas	130	20
	250	(13)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto diferido ativo (passivo), líquido	85	(5)
Resultado de imposto diferido	90	(21)

b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2022	2021
2022	-	(5)
2023	85	-
	85	(5)

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	13.131	4.876
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(4.465)</u>	<u>(1.658)</u>
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	24	24
Outras despesas (receitas) indedutíveis, líquidas	<u>(602)</u>	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(5.133)</u>	<u>(1.613)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90	(21)
	<u>(5.043)</u>	<u>(1.634)</u>

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social atual de R\$ 1.500.000,00 totalmente integralizado, é representado por 1.500.000 (2021 - 1.500.000) ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas em 31 de dezembro:

<u>Acionistas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Umicore Brasil Ltda	1.499.999	1.499.999
Andreas Bernd Tiefenbacher	1	-
Ulf Carsten Bertil Gerleman	-	1
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) *Reserva de retenção de lucros*

Aos acionistas está assegurado, pelo Estatuto Social, um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consonante a legislação em vigor. Após a destinação do dividendo obrigatório, o lucro remanescente de 31 de dezembro de 2022 foi transferido para reserva de retenção de lucros.

A Administração avalia periodicamente a possibilidade de distribuição adicional do saldo de sua reserva de retenção de lucros a qual deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

10. Receita de revenda de mercadorias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Revenda de produtos no exterior	169.179	426.357
Receita líquida de vendas	<u>169.179</u>	<u>426.357</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía abatimentos, devoluções ou impostos diretamente incidentes uma vez que sua atividade foi preponderantemente de exportação.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Produtos para revenda	(158.826)	(417.217)
Remunerações, encargos sociais e benefícios a empregados	(340)	(161)
Serviços e consultorias	(188)	(152)
Utilidades (energia elétrica, água, etc.)	(2)	(2)
Despesa de transporte (engloba seguro com transporte e escolta)	(460)	(1.314)
Outras despesas	(692)	(331)
	(160.508)	(419.177)

	2022	2021
Custo dos produtos vendidos	(158.826)	(417.217)
Despesas com vendas	(545)	(1.351)
Despesas administrativas e gerais	(1.137)	(609)
	(160.508)	(419.177)

12. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Perda com contratos de derivativos relacionados a moedas	(9.609)	(15.865)
Perdas com variações cambiais	(2.606)	(16.770)
Juros Passivos	(163)	-
Outras despesas	(18)	-
	(12.396)	(32.635)
Receitas financeiras		
Ganhos com contratos de derivativos relacionados a moedas	12.883	17.745
Ganhos com variações cambiais	3.157	10.925
Juros ativos	842	1.732
Descontos obtidos	13	13
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(39)	(82)
	16.856	30.333
Receita (despesa) financeira líquida	4.460	(2.302)

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empresas ligadas e controladora

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	2022				2021			
	Umicore do Brasil Ltda.	Coimpa Industrial Ltda.	Ligadas no exterior	Total	Umicore do Brasil Ltda.	Coimpa Industrial Ltda.	Ligadas no exterior	Total
Saldos								
<u>Passivo circulante</u>								
Dividendos a distribuir	13	-	-	13	37	-	-	37
Outras contas a pagar	40	-	-	40	16	-	-	16
	53	-	-	53	53	-	-	53
Transações								
Operações mercantis:	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas	-	-	169.179	169.179	-	-	426.357	426.357
Compras	22.479	-	-	22.479	-	359.082	-	359.082
Despesas financeiras (juros)	149	-	-	149	-	-	-	-
Dividendos pagos	10.446	-	-	10.446	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	13	-	-	13	33	-	-	33
Outras despesas (aluguel)	25	-	-	25	30	-	-	30

(i) As transações mercantis entre as empresas do grupo são realizadas conforme condições determinadas entre as partes.

(ii) Todos os valores divulgados no ativo e passivo circulantes referem-se a operações comerciais com prazos definidos pelo pagamento.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os administradores da Companhia são também administradores de sua controladora. As despesas são compartilhadas entre as empresas baseadas em critério de rateio e calculados mensalmente.

O montante da remuneração que coube à Companhia pagou aos seus diretores estatutários foi de R\$ 4 (R\$ 2 - 2021). Destes, R\$ 3 (R\$ 1 - 2021) correspondem a salários e benefícios e R\$ 1 à gratificação (R\$ 1 - 2021).

14. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não existiam compromissos significativos de médio e longo prazo de nenhuma natureza.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações.

Foram contratados os seguintes ramos no contexto de contratação de seguros corporativos: responsabilidade civil e transportes com cobertura total de R\$ 379 (R\$ 585 – 2021).

Para o seguro de crédito COFACE, contrata-se uma linha de crédito específica para o cliente de acordo com o valor do faturamento, sendo o limite de cobertura em caso de inadimplência por parte do devedor de 95% do valor contratado.

16. Eventos subsequentes

Coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte.

Mais especificamente, discute-se se as decisões individuais transitadas em julgado na década de 90 a favor de determinados contribuintes em relação à cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), são válidas após o STF ter, em 2007, declarado a constitucionalidade da referida contribuição. Definiu-se, por unanimidade, que o contribuinte que possuía decisão judicial transitada em julgado (contra a qual não caberia mais recursos), deve, a partir do novo posicionamento do STF voltar a recolher o tributo que estava dispensado.

A Empresa não identificou impactos significativos quanto a decisão recentemente adotada pelo STF (Temas 881 e 885), com relação à relativização da coisa julgada.

Clarex S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Robert Gaskell
Diretor

Solange de Castro Figueiredo Mantovani
Contadora CRC 1SP243318/O-9